

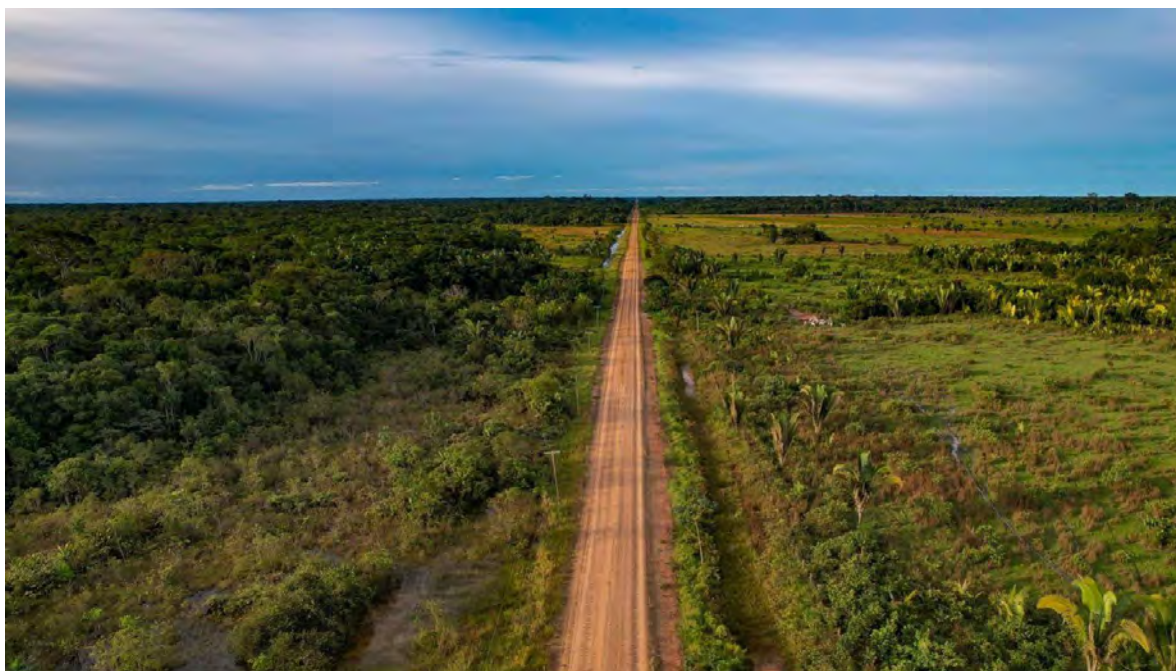
<https://abori.com.br/amazonia/desenvolvimento-baseado-em-exploracao-de-recursos-e-em-grandes-obras-aprofundou-desigualdades-na-amazonia/>



Desenvolvimento baseado em exploração de recursos e em grandes obras aprofundou desigualdades na Amazônia

6 de junho de 2025

[Amazônia](#)



Transformações como a construção de portos e estradas se intensificaram a partir dos anos 1940

Compartilhe este conteúdo

[Compartilhar isto Facebook](#)[Compartilhar isto Pinterest](#)[Compartilhar isto LinkedIn](#)[Compartilhar isto WhatsApp](#)[Compartilhar isto X](#)

Copiar o link desse material

Highlights

- Revisão de autores do INPA, UFPA e parceiros identifica principais marcos sociais, econômicos e políticos que moldaram a Amazônia desde meados do século passado
- Grandes projetos de infraestrutura e mercados clandestinos impulsionam desigualdade e degradação ambiental
- Estudo destaca papel de movimentos indígenas e populações tradicionais na defesa de seus territórios e a integração dos ambientes rurais e urbanos

Um artigo publicado na sexta (6) na revista *Acta Amazonica* mostra que o modelo atual de desenvolvimento da Amazônia, centrado na extração de recursos naturais e implementação de grandes projetos – como barragens, estradas ou mineração – intensifica desigualdades sociais, destruição ambiental e conflitos territoriais. Esses projetos ainda trazem impactos duradouros para os ecossistemas e as comunidades locais, com efeitos agravados por mudanças climáticas e políticas permissivas.

Conduzido por cientistas de instituições como Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade da Califórnia (EUA), o artigo baseia-se em literatura acadêmica, relatórios técnicos e dados institucionais para apresentar os principais marcos históricos e políticos da Amazônia desde os anos 1940, considerando as políticas de desenvolvimento de cada época. Parte do conteúdo também foi derivado de levantamentos do Painel Científico para a Amazônia (SPA, na sigla em inglês), composto por 200 pesquisadores de diversos países.

A partir de políticas estatais voltadas à integração territorial e à modernização urbana-industrial, a Amazônia passou a abrigar grandes empreendimentos, como portos e estradas, que favoreceram interesses externos e desconsideraram a diversidade social e ecológica local. Nos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, observou-se o fortalecimento de mercados ilegais como grilagem, garimpo e tráfico de madeira e drogas.

O estudo revela que, diante dessas pressões, as populações locais têm buscado formas de resistência. Sobretudo na década de 80 e 90, movimentos indígenas se articularam com universidades, ONGs, ambientalistas e movimentos internacionais para garantir maior participação na formulação de constituições que contemplassem seus povos e que tivessem ficado de fora da Constituição de 1988. Dentre os resultados dessa luta, destaca-se o reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais e maior participação em fóruns de governança ambiental.

Segundo Philip Fearnside, pesquisador do INPA e um dos autores do artigo, o trabalho ajuda a romper com a visão simplista de que a Amazônia é um “vazio demográfico”. O bioma é descrito como um espaço complexo, feito de redes sociais, econômicas e culturais que foi moldado ativamente por seus habitantes – como ribeirinhos, quilombolas, indígenas e migrantes.

O pesquisador explica que, hoje, a maior parte da população da Amazônia vive em cidades. “Mas apesar desses grandes centros urbanos, existe ao mesmo tempo uma ligação forte com a população que está na área rural, inclusive com migração de população”, explica. “Essa ligação muitas vezes se dá no âmbito familiar, com mulheres e crianças na cidade para terem acesso a escola e saúde e os homens no campo. Há também aumento de ligações comerciais, com transporte de produtos do campo de cada vez mais longe para os mercados urbanos”, completa.

A pesquisa propõe que as experiências locais sejam valorizadas na formulação de políticas públicas. Os autores defendem alternativas que conciliem justiça ambiental e conservação, com base em saberes tradicionais e participação ativa das comunidades. A expectativa é que o trabalho ajude a repensar o modelo vigente de desenvolvimento, evitando que a Amazônia atinja pontos de não retorno ecológico e social.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4392202203060>

Termos de uso

Todos os releases sobre as pesquisas nacionais já publicados na área aberta da Bori (e que, portanto, não estão sob embargo) podem ser reproduzidos na íntegra pela imprensa, desde que não sofram alterações de conteúdo e que a fonte Agência Bori seja mencionada.

Veja como citar a BORI quando for publicar este artigo:

Fonte: [Agência Bori](#)

Clique para copiar o HTML para citação